

# **DO SURGIMENTO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO À CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE: VELHOS E NOVOS ENFOQUES RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Cleide Fátima Moretto<sup>1</sup>

Jussara Giacchini<sup>2</sup>

## **Resumo**

Em seu conceito mais amplo, o desenvolvimento sustentável é entendido como o crescimento econômico permanente, unido ao desenvolvimento econômico com vistas a melhorias nos indicadores sociais, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação ambiental. Da mesma forma que existem diferentes enfoques para a questão do desenvolvimento econômico e sua relação com o crescimento econômico, o conceito de desenvolvimento sustentável assume diferentes direcionamentos. O objetivo principal do presente trabalho é examinar o direcionamento dos estudos brasileiros na área do desenvolvimento econômico a partir da concepção de desenvolvimento sustentável. Toma como base um levantamento bibliográfico em artigos técnico-científicos publicados entre os anos de 1990 e 2003, nos principais periódicos disponíveis na área econômica. Identifica, na abordagem dos estudos levantados, as categorias de análise adotadas, quais sejam: a dimensão produtiva, a dimensão social, a dimensão ambiental e a dimensão sustentável do desenvolvimento. Observa, dessa forma, a ênfase assumida com relação à concepção mais ampla do desenvolvimento sustentável, que agrega o crescimento, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Verifica que foram poucos os autores que adotaram essa concepção mais ampla em seus estudos; a maioria dos estudos focaliza o desenvolvimento sustentável enquanto preservação ambiental.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento sustentável, teoria econômica, meio ambiente, sociedade.

---

<sup>1</sup> Economista, Doutora em Teoria Econômica (FEA/USP). Professora Titular do Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo (UPF). e-mail: [moretto@upf.br](mailto:moretto@upf.br). Endereço: Campus I Bairro São José – Feac Prédio B06; Cep: 99001-970 Passo Fundo (RS) Fone: (54) 3168245 Fax: (54) 3168236.

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Econômicas (Feac/UPF).

## 1 Introdução

A idéia de desenvolvimento sempre esteve presente nas diferentes concepções dos estudiosos das ciências econômicas, entretanto, a *Teoria do Desenvolvimento* originou-se, de fato, logo após a Segunda Guerra Mundial. Nessa época, de acordo com Souza (1997), verificou-se que a macroeconomia, a qual estava sendo aplicada em todos os segmentos das ciências econômicas, apresentava-se inadequada para explicar o desenvolvimento por ser este um fenômeno de longo prazo.

Ainda que não exista uma definição de desenvolvimento econômico universalmente aceita, identificamos na literatura duas correntes de pensamento completamente distintas: uma, de inspiração mais teórica, que considera o crescimento como sinônimo de desenvolvimento e, outra, mais voltada para a realidade empírica, que entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente (SOUZA, 1997). Essa última, ligada aos teóricos da Cepal<sup>1</sup>, defende o desenvolvimento econômico em pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem para utilização de recursos escassos.

Essa diferenciação entre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico, iniciada nos anos 1950, foi marcada pela preocupação dos economistas com relação à distribuição de renda e à qualidade de vida das pessoas. Na década de 1970, foram agregadas novas concepções enquanto mobilização em torno da questão ecológica. O documento do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), publicado naquele período, “Os limites para o crescimento” alertava sobre os riscos ocasionados por um modelo de crescimento econômico que não levava em conta a capacidade dos recursos naturais. No ano de 1972, com a *Conferência de Estocolmo*, observamos um primeiro esforço voltado para a discussão da problemática ambiental. A preocupação recaiu em torno da preservação do circuito de acumulação de riqueza, baseado num sistema de produção que poderia se inviabilizar devido ao esgotamento dos recursos naturais (CARVALHO, 1991).

O conceito de *desenvolvimento sustentável* emergiu na década de 1980, com a publicação do documento “Nosso futuro comum” elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1987. De acordo com esse documento, o desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento que garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras

de atender suas necessidades” (CNUMAD apud MUELLER, 1996, p. 262). Em seu conceito mais amplo, o desenvolvimento sustentável é entendido como o crescimento econômico permanente, unido ao desenvolvimento econômico com vistas a melhorias nos indicadores sociais, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação ambiental. Podemos dizer que o grande marco da discussão sobre o meio ambiente surgiu a partir da *ECO 92*<sup>2</sup>, realizada no Rio de Janeiro, conferência que reuniu ecologistas e governantes do mundo inteiro.

A partir do exposto, podemos constatar que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta-se de forma ampla, envolvendo a questão produtiva, a questão social e a questão ambiental. Percebemos atualmente uma certa convergência na qualificação das necessidades socioeconômicas da sociedade em termos de sustentabilidade. No entanto, a maior crítica que recebe a teoria econômica é o fato de seus estudos terem se voltado, prioritariamente, aos fins da produção e da acumulação, não considerando as externalidades ou a preservação dos recursos naturais. De outra parte, observamos uma certa fragmentação nos conceitos adotados nos estudos sobre desenvolvimento sustentável, privilegiando uma e/ou outra dimensão. Assim, considerando essa visão mais recente e ampla de desenvolvimento, partimos em busca dos seguintes questionamentos: Qual(is) é(são) o(s) enfoque(s) adotado(s) nos estudos recentes sobre desenvolvimento sustentável na literatura econômica? Os estudos têm atendido aos aspectos mais amplos da produção, da dimensão social e da sustentabilidade do meio ambiente?

O presente estudo tem como objetivo geral examinar quais os direcionamentos dos estudos brasileiros recentes na área do desenvolvimento econômico, a partir da concepção mais ampla de desenvolvimento sustentável. Para tanto, inicialmente faz um resgate das diferentes fases do estudo sobre desenvolvimento econômico e especifica o referencial teórico para a constituição das categorias de análise do estudo aplicado. Em seguida, apresenta os estudos identificados no levantamento realizado em termos dos enfoques principais adotados, ou seja, do seu direcionamento. Por fim, apresenta as considerações finais.

## **2 As Diferentes Fases do Estudo sobre Desenvolvimento Econômico**

Em termos gerais, o presente estudo enquadra-se no âmbito de economia aplicada, com caráter dedutivo e abordagem qualitativa. As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica na área de desenvolvimento econômico, o levantamento de casos e análise de conteúdo. Inicialmente, sistematizamos as diferentes fases e concepções identificadas na evolução da teoria do desenvolvimento econômico (Figura 1).



Fonte: Primária

Figura 1 – As diferentes fases do estudo do desenvolvimento econômico.

A primeira fase de estudos que destacamos refere-se ao período em que não havia tensionamento no que diz respeito à diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, esses dois conceitos eram tidos como sinônimos. A segunda fase inicia em 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, momento em que surge a teoria do desenvolvimento defendida pela corrente cepalina, que analisou a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. Já, na década de noventa, evidenciamos uma nova abordagem da teoria do desenvolvimento, relacionada ao desenvolvimento sustentável e que se diferencia do desenvolvimento econômico pela consideração com o equilíbrio do ecossistema. Cabe ressaltar, ainda, que não dispomos de uma *teoria do desenvolvimento sustentável*, mas de um conjunto de conhecimentos significativo voltado ao tema.

Nessa primeira fase, notamos duas tendências distintas no que diz respeito à concepção de desenvolvimento. De uma parte estão os economistas clássicos que baseavam seus estudos na *lei de Say*, a qual afirma ser a oferta geradora de sua própria procura. Entre esses economistas estão Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx, cujo enfoque dado em seus trabalhos é a produção; alguns desses economistas também tiveram preocupação com o campo social. De outra parte, estão os autores ligados à demanda efetiva: Thomas Malthus, John Maynard Keynes, Michael Kalecki, os quais questionaram a aplicabilidade da lei de Say, sobretudo após a Crise de 1929.

Em 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, surge uma nova corrente, a da teoria do desenvolvimento, a qual se preocupou com o crescimento aliado ao desenvolvimento. Seus estudiosos, conhecidos como cepalinos ou estruturalistas, levaram em conta as disparidades nos termos de troca e as diferentes formas de dependência observadas entre países centrais e países periféricos. Suas ênfases recaíam, ao mesmo tempo, na produção e na sociedade.

Tomando como base a fase mais atual, pós-anos 1990, onde a tônica do desenvolvimento sustentável está presente, efetuamos uma pesquisa exploratória, por meio de

levantamento de artigos na área das ciências econômicas que tratam dos temas desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Foram analisados, por meio de análise de conteúdo, os artigos publicados entre janeiro de 1990 a outubro de 2003 nas revistas disponíveis na seção de periódicos da Biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo. Após feita a seleção inicial e a leitura superficial do material, fez-se a seleção dos artigos que atendiam aos objetivos desse trabalho. A análise de conteúdo foi pautada nas seguintes categorias de análise, aplicadas aos artigos selecionados:

- **dimensão produtiva:** as análises relativas à produção, que consideram a acumulação de capital, as atividades manufatureiras, a produção agrícola e industrial, o comércio de bens e o comércio internacional (exportações), a produtividade, o lucro e os rendimentos do capitalista, os investimentos, o progresso técnico, a concentração de renda, a exploração do trabalhador, a condição de pleno emprego, as possibilidades de expansão econômica, as expectativas empresariais e a alocação de recursos;
- **dimensão social:** essa categoria reúne análises em relação a sociedade no que diz respeito à distribuição de renda, ao bem-estar social da população, à educação, ao saneamento básico, à saúde pública, à justiça social, à cultura, ao lazer, à pobreza, à miséria, ao crescimento demográfico, ao nível de vida da população e à estrutura social;
- **dimensão ambiental:** é representada pelas análises relativas ao meio ambiente, aos recursos naturais, à natureza, ao ecossistema, à degradação e à preservação do meio ambiente, à valoração ambiental, às externalidades, à poluição, aos dejetos e às tecnologias limpas<sup>3</sup>;
- **dimensão sustentável do desenvolvimento:** as análises fazem referência ao conceito mais amplo do desenvolvimento sustentável, cujo significado é o crescimento econômico com melhoria qualitativa dos indicadores (desenvolvimento econômico) juntamente com a preservação ambiental. Dessa forma engloba as três dimensões anteriores, a produtiva, a social e a ambiental.

### 3 O Direcionamento dos Estudos sobre o Desenvolvimento Sustentável

A análise das produções científicas considera os artigos que abordaram apenas uma das categorias de análise passando, em seguida, para os que abordaram duas categorias e, por último, serão analisadas as que contemplaram as dimensões produtiva, social e ambiental, portanto, consideram o desenvolvimento na sua concepção mais ampla.

### 3.1 A ênfase no meio ambiente

Quando se discute a questão do desenvolvimento sustentável, muitos estudos abordam apenas a questão ambiental. Mueller foi um dos primeiros autores a focalizar a questão do meio ambiente. Num primeiro trabalho, “As contas nacionais e os custos ambientais da atividade econômica” (MUELLER, 1995), debate a questão do meio ambiente em relação ao sistema de contas nacionais. Num trabalho posterior, “Economia ambiental na perspectiva do mundo industrializado: uma avaliação da economia ambiental neoclássica”, Mueller sugere uma versão estilizada e simplificada de como o desenvolvimento deve se apresentar para ser sustentável econômica, social e ambientalmente.

Mueller (1996) destaca que os argumentos com os quais o raciocínio anterior se justificava eram limitados em relação ao ecossistema, às demandas de matérias e de energia do sistema econômico, bem como às suas emissões de resíduos e rejeitos. Por isso, o autor identifica que os estudos da economia ambiental neoclássica basearam-se em dois ramos principais, a teoria da poluição e as teorias dos recursos naturais. A primeira teoria analisa os problemas decorrentes do despejo no ecossistema de rejeitos pelo processo de produção e de consumo. A segunda diz respeito à extração, pelo sistema econômico, de recursos naturais do ecossistema. Ambas estão voltadas para responder qual é o padrão ótimo de uso de recursos naturais, o que deve guiar o emprego ótimo de tais recursos, qual é a taxa ótima de redução de recursos não-renováveis e se os recursos naturais podem estabelecer limites físicos ao crescimento econômico.

A abordagem de Mueller sobre o desenvolvimento sustentável por meio da teoria neoclássica enfoca principalmente os problemas ambientais decorrentes do crescimento econômico e, dessa forma, discute como preservar esses recursos para que os mesmos sejam sustentáveis. Quanto às questões sociais, na conclusão do seu estudo, Mueller argumenta que “essa é uma questão resolvida há muito tempo pelo pensamento neoclássico” (1996, p. 283.). O autor afirma que para os membros radicais da escola neoclássica, a economia deve concentrar-se no estudo da eficiência na alocação de recursos, pois os problemas de distribuição de renda e riqueza são *províncias* de outras disciplinas.

Para Mueller, essa teoria prioriza, implicitamente, o requisito da manutenção ou da ampliação do bem-estar da geração presente que habita as economias de mercado do primeiro mundo. Na percepção do autor, algumas correntes sobre o desenvolvimento sustentável enfatizam a manutenção do bem-estar dos países ricos no presente, outras dão prioridade ao bem-estar dos atuais habitantes dos países pobres, e, ainda, há outras que centram suas

preocupações no bem-estar enquanto sobrevivência das gerações futuras, numa perspectiva de longuíssimo prazo. Porém, ele acredita que o desenvolvimento deve assegurar, simultaneamente, pelo menos, a manutenção do bem-estar da atual geração que habita os países industrializados, uma considerável elevação do bem-estar da geração presente que habita os países pobres e, por último, a manutenção ou a ampliação do bem-estar das gerações futuras.

Em outro artigo de Mueller (1999), “Economia, entropia e sustentabilidade: abordagem e visões de futuro da economia da sobrevivência”, ele examina a economia da sobrevivência, que dá ênfase a preservação das oportunidades das gerações futuras e tem como base a segunda lei da termodinâmica, que é a lei da entropia<sup>4</sup>. Conforme Mueller, na visão da economia da sobrevivência, se os atuais padrões de expansão econômica forem mantidos, a humanidade enfrentará rápida redução de recursos naturais vitais, como também uma extensa destruição de espécies e perigosa acumulação no ecossistema de dejetos tóxicos. Segundo Mueller (1999) a idéia de que a qualidade do meio ambiente vai assumir importância quando a população atingir um padrão de vida mais elevado pode ser rejeitada, baseando-se no que Arrow acreditava: ainda que o crescimento econômico possa estar associado a melhorias em alguns indicadores ambientais, isso não garante uma melhoria ambiental generalizada, não impede o efeito de seus impactos no meio, além do fato de que não existe base de recursos no globo terrestre capaz de sustenta-lo indefinidamente.

Outra autora que destacamos é Corazza (2000), a qual se refere especificamente à economia do meio ambiente, que tem sua origem no início do século XX, com raízes firmadas na economia do bem-estar (*The Economics of Welfare*, de Pigou). Em termos gerais, o estudo de Corazza analisa o uso dos recursos naturais, com enfoque nas externalidades e considera a natureza como um bem público. Nessa linha de pensamento, identificamos também o estudo de Ramos (1996), “Qualidade do meio ambiente e falhas do mercado”, no qual ele evidencia a qualidade do meio ambiente como um bem público, ressaltando que a alocação desse bem não pode ser deixada apenas ao funcionamento do mercado. Em relação ao desenvolvimento sustentável, Corazza afirma ser “uma expressão que anuncia um pretendido conceito e oculta profundo desacordo pois, em uma perspectiva econômica ele exige a manutenção do bem-estar econômico das gerações futuras e isto requer invariabilidade do capital através do tempo” (2000, p. 254).

Em estudo mais recente, a mesma autora aborda a questão do meio ambiente e a adoção de tecnologias limpas. Nesse trabalho, Corazza discute como conseguir atingir o “ótimo de Pareto”, sabendo-se que a ocorrência de externalidades impede o alcance do ponto

de equilíbrio. Corazza (2003) afirma que os problemas ambientais surgem como insuficiência ou falhas no sistema de mercado em alcançar o estado social ótimo. Observando a produção de Corazza, pode-se perceber que se trata de um enfoque extremamente voltado para as questões ambientais, quais sejam, a poluição, a proteção do meio ambiente e a utilização dos recursos naturais, em resumo, o estado social ótimo ou de bem-estar associado ao meio ambiente e sua preservação.

No estudo realizado por Norgaard (1997), “Economicismo, ambientalismo e economia ecológica”, o autor verifica qual dos argumentos, economicismo<sup>5</sup> ou ambientalismo, é mais compatível com a teoria econômica para analisar as questões ambientais. O autor afirma que entre os dois conceitos, o *economicismo* é o ideal, pois apresenta um processo de definição das possibilidades de economia ecológica capaz de resolver os conflitos ambientais e econômicos. O estudo de Norgaard é voltado especificamente ao fator ambiental, ele não discute o significado do conceito de desenvolvimento sustentável, nem a questão social.

Outros estudos que fixam suas análises apenas na questão ambiental são os que direcionam a abordagem somente em algum elemento do meio ambiente, como exemplo a água. Lanna e Cánepa (1994) analisam o gerenciamento de bacias hidrográficas através da quantificação<sup>6</sup> e valoração<sup>7</sup> desse recurso. Pereira e Tavares (1999) também focalizam a análise nos recursos hídricos debatendo os instrumentos econômicos para uma política ambiental em relação à água. Conforme os últimos autores, é necessário estudar a gestão das águas, pois está havendo um rápido crescimento da demanda promovida pelo crescimento populacional, pelo crescimento econômico e por fatores climáticos. Por último, vale destacar os estudos cuja abordagem são os projetos ambientais que estimam os benefícios ambientais provenientes da despoluição, como é o caso do trabalho de Moraes e Borger (2000), no qual são estimados os custos e os benefícios da despoluição do rio Tietê, em São Paulo.

### 3.2 A ênfase no social

Enquanto alguns autores direcionaram seus estudos apenas para as questões relacionadas à preservação do meio ambiente, outros enfatizaram mais a dimensão social, como é o caso de alguns artigos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) sobre desenvolvimento.

Na visão de Kitamura (1994), tendo em vista que a América Latina tem a pobreza estruturalmente ligada à escassez, o desenvolvimento sustentável deve contemplar a satisfação das necessidades básicas da população, especialmente dos grupos mais pobres. O mesmo



autor comenta que, para a Cepal, uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a América Latina deveria pautar-se, principalmente, nas pessoas e nas comunidades, pois as pessoas são recursos e sujeitos para o desenvolvimento.

O estudo de Bielschowsky (1998) analisa as idéias da corrente cepalina ou estruturalista, identificando nelas o diagnóstico da solidariedade e o antagonismo que esse novo modelo de inserção tem em suas relações econômicas e sociais. Para o autor, os estudos sobre progresso técnico e reestruturação produtiva e emprego e distribuição de renda, expressam o mesmo enfoque de cinquenta anos atrás. Ainda que o contexto seja novo, o autor argumenta que "reaparecem as análises das preocupações estruturalistas tradicionais pelo subemprego e a insuficiência de um crescimento sustentável" (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 42, tradução nossa).

Bielschowsky menciona, ainda, outra questão que é a maneira como tal abordagem destaca o desenvolvimento social como o grande objetivo na humanidade e, dessa forma, estabelece um consenso filosófico universal sobre as normas sociais do desenvolvimento. Assim, conclui o autor, para poder atingir esse objetivo ter-se-ia que separar o desenvolvimento econômico do progresso social.

Fuente e Sáinz (2001) destacam que a Cepal sempre reconheceu e destacou a importância do crescimento econômico abordando sobre os problemas sociais para obter maior sustentabilidade, maior dinamismo econômico, estruturas de consumo diferenciadas e uma maior difusão social dos frutos do crescimento econômico. O estudo feito por Fuente e Sáinz refere-se à relação entre crescimento e distribuição de renda entre os pobres. Conforme os autores, com a mesma taxa de crescimento, a distribuição de renda pode ser afetada pelos gastos sociais promovidos pelo governo e quando ocorre a elevação no crescimento econômico há efeitos positivos sobre a renda.

Nesse sentido, Ranis e Stewart (2002) chamam a atenção para a questão do desenvolvimento humano e o crescimento econômico, colocando o primeiro como fator causal do segundo. Para os autores, há grandes razões para considerar que o objetivo fundamental da atividade humana é o desenvolvimento humano e não o crescimento econômico. Eles definem o desenvolvimento humano como a ampliação das oportunidades das pessoas, a possibilidade de uma vida mais longa, mais saudável e mais plena. De acordo com os autores, o crescimento econômico proporciona os recursos que permitem melhorar o desenvolvimento humano e, por outro lado, há a melhora da qualidade da mão-de-obra, que contribui de maneira importante para o crescimento econômico.

Conforme Ranis e Stewart (2002), se existe alguma forma de crescimento econômico que promova o desenvolvimento humano, igualmente há alguma forma de desenvolvimento humano que promova o crescimento econômico e há tipos concretos desse desenvolvimento mais adequado para promover o crescimento. Os autores afirmam que o desenvolvimento humano é o objetivo central da atividade humana e o crescimento econômico é um meio muito importante para promovê-lo. Podemos notar que as abordagens de Fuente e Sáinz e Ranis e Stewart, focalizam o crescimento econômico com desenvolvimento e a questão social. Em nenhum dos casos foi mencionado o meio ambiente e a preservação dos recursos naturais.

### *3.3 A ênfase no meio ambiente e na dimensão social*

Após analisar os estudos que abordaram apenas uma das categorias de análise, cabe agora verificar os que focalizaram pelo menos dois aspectos. Verificamos que alguns autores estudaram a questão ambiental juntamente com o social e outros a questão ambiental relacionada com a produção. Dessa forma, primeiramente, serão apresentados os artigos que enfatizaram a dimensão social e o meio ambiente e, em seguida, a produção e o meio ambiente.

Inicialmente será analisado o trabalho de Carvalho (1991). Ela discute a necessidade de preservar o meio ambiente e melhorar as condições de vida das pessoas. Em seu artigo, “Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil”, a autora afirma que a definição de desenvolvimento sustentável apresentada pela CNUMAD prevê a superação da pobreza e o respeito aos limites ecológicos aliados ao aumento do crescimento econômico, como condições para alcançar um padrão de sustentabilidade em nível mundial.

Carvalho (1991) argumenta que a proposta de uma ordem mundial sustentável ignora as relações desiguais que tem imposto aos países periféricos os custos sociais e ambientais do crescimento dos países centrais. A manutenção dos atuais níveis de consumo nesses últimos implica enorme impacto ambiental e preservação da pobreza. A autora afirma que a expansão dessas necessidades e aspirações para todo o planeta acarretaria um colapso imediato dos recursos naturais, colocando em risco até mesmo a existência das gerações futuras, e de um futuro comum, em nome do desenvolvimento sustentável.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, Carvalho questiona o que deve ser sustentado e para quem deve haver essa sustentabilidade, afirma também que o setor empresarial organiza-se em torno desse conceito, preparando-se para uma nova fase de expansão do mercado com tecnologias limpas e produtos verdes. A autora alerta que se não

ocorrerem mudanças nos países ricos e nas relações mundiais, os países pobres, justamente os que detêm as maiores florestas tropicais, terão poucas chances de sobrevivência. Ela não percebe qualquer mudança expressiva no que chama de "futuro comum" dessa sustentabilidade. O estudo da autora manifesta a preocupação com a preservação ambiental e com a erradicação da pobreza.

Nessa mesma linha, Preston (1992) também ressaltou as questões relativas à pobreza e à preservação do meio ambiente em seus estudos. Para esse autor, os pobres estão mais expostos aos riscos ambientais e à saúde, pois vivem em locais com água e saneamento inadequados ou poluídos. Além disso, os pobres vivem em terras menos produtivas, com maiores chances de degradação e não possuem recursos para mudar de situação. "A única solução é o desenvolvimento ambientalmente responsável. É necessário fomentar vigorosamente os vínculos positivos entre crescimento da renda, redução da pobreza e proteção do meio ambiente" (PRESTON, 1992, p. 6).

Foladori e Tommasino (2000) estudaram a questão social e ambiental e, devido à grande diversidade de concepções sobre o desenvolvimento sustentável, dividiram os enfoques em três grandes grupos: (i) sustentabilidade exclusivamente ecológica; (ii) a sustentabilidade ecológica e social, em que a parte social é um veículo para chegar a sustentabilidade ecológica; e (iii) a sustentabilidade deve ser realmente social e ecológica em forma de co-evolução. O que há em comum nesses três grupos é a sustentabilidade ecológica e a sustentabilidade ambiental. O artigo de Foladori e Tommasino constata que a pobreza não é um problema ambiental, mas ela acaba causando efeitos sobre o meio ambiente. Eles identificam como problemas sociais e ambientais a escassez de água potável, técnicas produtivas depredadoras e falta de alimentos e sugerem como melhoria, "técnicas sustentáveis, tecnologias limpas ou verdes, melhor aproveitamento dos resíduos, aumento da produtividade e do uso dos recursos naturais e troca de uso dos recursos não renováveis por renováveis" (FOLADORI; TOMASINO, 2000, p. 11).

Martins (2002) também relaciona o desenvolvimento sustentável com a sustentabilidade ambiental, com a qualidade de vida e a pobreza. A autora faz a distinção entre desenvolvimento e crescimento, afirmando que as questões sociais, culturais, políticas e ambientais devem ser analisadas sob o prisma do desenvolvimento, e o crescimento econômico é contabilizado pelo PIB, total e *per capita*. A mesma autora destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável da CNUMAD contribuiu para divulgar a idéia de interdependência econômica, social e ambiental das atividades praticadas em todas as regiões do planeta: "tanto na emissão de gases nos países mais industrializados como na degradação

provocada pela intensa miséria nos países mais pobres” (SILVA; SHIMBO apud MARTINS, 2002, p. 173). Martins afirma, ainda, que a sustentabilidade para o desenvolvimento humano<sup>8</sup> deve acontecer em diversos níveis, começando pelas atitudes individuais com a finalidade de tentar reduzir a “marca humana no planeta”.

A abordagem de Martins complementa a de Foladori e Tommasino, pois ela considera que os conceitos de bem-estar e de qualidade de vida estão ligados a uma visão ecológica de desenvolvimento sustentável. Tanto Martins quanto Foladori e Tommasino percebem que existem problemas socioambientais, ou seja, a falta de acesso ao saneamento, que afeta a população pobre, acaba causando a degradação ambiental. Ao longo de seu artigo, Martins não menciona as questões da produção ou da acumulação de capital.

No estudo realizado por Junqueira (2000), está presente a discussão do desenvolvimento sustentável com base na *Agenda 21*<sup>9</sup>. Ele analisa as contribuições na implantação do desenvolvimento local sustentável por meio do planejamento e da ação intersetorial e destaca a importância de se implantar agendas sociais com o objetivo central de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população de uma localidade. O autor insere o conceito de desenvolvimento local sustentável, que compreende um espaço dinâmico de ações locais, descentralizadas e participativas. O autor conclui que os ideais formulados no campo sócioeconômico-ambiental exigem dos “atores sociais a capacidade de lidar de forma consciente e construtiva com os crescentes desafios do desenvolvimento sustentável e com a cooperação na realização de objetivos comuns” (JUNQUEIRA, 2000, p. 127). Em sua análise, Junqueira enfatiza a relação do social com o meio ambiente local e confere aos políticos a responsabilidade de promover ações sociais e ambientais, afirmando que eles não devem apenas demonstrar idealismo e boa vontade mas devem atuar para promover essas ações sociais e ambientais.

Finalizando a identificação dos estudos socioambientais, destacamos o trabalho de Oliveira e Centeno (2002) que propõem como solução para o conflito entre atividades que envolvem a questão social e a necessidade de preservação da natureza, o modelo das *Ecovilas*. Eles explicam que esse conflito entre o social e a preservação da natureza é apenas aparente, “porque a visão ecológica que respalda a abordagem nos padrões de integração entre sociedade e natureza são como partes de um todo mais abrangente” (OLIVEIRA; CENTENO, 2002, p. 298)

### *3.4 A ênfase no meio ambiente e na dimensão produtiva*

O outro grupo de estudiosos que focalizou a análise do desenvolvimento sustentável relacionou o meio ambiente com o sistema de produção e de comércio. Inicialmente será examinado o estudo de Ramos (1998), que analisa a estratégia de desenvolvimento por meio de complexos produtivos em torno dos recursos naturais.

Ramos centraliza sua abordagem na afirmação de que o desenvolvimento acelerado na América Latina e Caribe, uma região rica em recursos naturais, dependerá da rapidez com que essa região aprenderá a se industrializar, a processar os recursos naturais, a desenvolver atividades provedoras de insumos e serviços de engenharia. “Será pois, um desenvolvimento baseado não tanto na extração de recursos naturais, como também no destino dos recursos naturais e das atividades que, naturalmente, tendem a se formar e se aglutinar em torno deles” (RAMOS, 1998, p. 105, tradução nossa).

O autor enfatiza a importância que tiveram os complexos produtivos em torno dos recursos naturais em muitos países bem dotados desses recursos e atualmente desenvolvidos. Ele sugere uma estratégia similar aos países em desenvolvimento que impulse a consolidação dos complexos, hoje incipientes, em torno da sua base de recursos naturais e, dessa forma, ofereça à região um evidente potencial de desenvolvimento. Ramos (1998) frisa que a evolução natural das forças de mercado acelera o desenvolvimento. O autor vê a estratégia de industrialização a partir dos recursos naturais, antes que uma panacéia, um instrumento poderoso na atual etapa de desenvolvimento da região.

Outro autor, Barton (1998), analisou o problema ambiental em relação às indústrias de tecnologias limpas, que vem assumindo uma configuração fundamental nos debates relativos ao planejamento urbano, à saúde e ao desenvolvimento econômico. “Por estas razões, merecem atenção as trocas no binômio meio ambiente-indústria” (BARTON, 1998, p. 130). Barton enfatiza a polêmica em torno da regulamentação ambiental e seus efeitos sobre a competitividade industrial, pois esta questão divide os industriais e ambientalistas. Ele destaca que o desenvolvimento das ecoindústrias, variedade de produtos e serviços relacionados com o monitoramento, tratamento, controle e gestão da contaminação industrial e doméstica, e das indústrias de tecnologia menos poluentes causam menor contaminação ambiental e podem ser uma solução tanto para a produção quanto para a preservação ambiental.

O autor levanta outra questão, que é da transferência de indústrias para países que permitem a poluição sem restrição. “As indústrias mais poluentes das regiões com regulamentação ambiental mais rígida, transferem suas unidades àquelas regiões com

regulamentação mais branda” (BARTON, 1998, p. 144, tradução nossa). Barton sugere que, para haver um desenvolvimento linear sustentado das relações entre meio ambiente e indústria, as indústrias com maiores índices de contaminação deveriam transformar-se em ecoindústrias. Barton (1998) destaca, ainda, o aspecto positivo dessa transformação, que será o melhoramento da qualidade ambiental e o término das emissões e da poluição industrial. Quanto ao aspecto negativo, este se dará nas repercussões trabalhistas derivadas dos custos de produção mais elevados, devido à intensificação do domínio do mercado estrangeiro e a transferência de tecnologia “que transforma a brecha tecnológica em um abismo” (BARTON, 1998, p. 145, tradução nossa).

Seguindo a linha de pensamento de Barton, Barbieri (2000) alerta em seus estudos, que as questões ambientais têm sido usadas como pretexto ilegítimo para proteger mercados. Apesar da polêmica existente em torno do tema, o autor argumenta que as políticas de comércio praticadas pelos países situam-se, em algum ponto, entre duas posições extremas: o livre comércio e o protecionismo. Ele afirma que o livre comércio estimula o crescimento econômico que, por sua vez, estimula as práticas voltadas para a melhoria da qualidade ambiental. Barbieri (2000) ressalta que os problemas do livre comércio não são apenas os impactos negativos causados ao meio ambiente, as questões ambientais, também, determinam a competitividade dos países e de suas empresas.

Num trabalho anterior, Barbieri (1998) debate sobre as normas ambientais para o comércio internacional, pois ele vem sendo apontado como um fator capaz de estimular a adoção de melhores práticas ambientais nas empresas. Além disso, nesse mesmo artigo, o autor classifica os grupos dos fatores que induzem a práticas ambientais saudáveis por parte das empresas: a regulamentação pública, as pressões exercidas pela sociedade civil e as pressões de mercado (pressões entre empresas e entre estas e seus consumidores ou clientes). Barbieri explica que a preocupação ambiental é vista pelas empresas como um custo adicional; elas começam a se preocupar com o meio ambiente quando ocorre algum tipo de regulamentação pública. O autor argumenta que, com uma gestão empresarial avançada que revise os produtos e os processos de produção, pode-se reduzir a poluição na fonte e, com isso, diminuir os custos internos e externos. “O crescimento da consciência ambiental, ao modificar os padrões de consumo, constitui uma das mais importantes armas em defesa do meio ambiente” (BARBIERI, 1998, p. 60).

Na sua visão, o comércio internacional é que induz as práticas ambientais apropriadas e, dessa forma, as empresas adotam posturas mais avançadas em relação ao meio ambiente. O autor afirma que, nesse caso, a legislação ambiental e as normas ambientais voluntárias

cumprem um importante papel para a adoção dessas práticas. “Porém, é importante ressaltar que elas também podem ser utilizadas como instrumento de protecionismo comercial, uma possibilidade tanto mais presente quanto mais avançada a liberalização comercial” (BARBIERI, 1998, p. 69).

Seguindo os estudos em torno da produção e do meio ambiente, identificamos o artigo de Rocha (2002), cujo argumento principal é o de que deve haver conciliação entre o livre mercado e a preservação e conservação dos recursos naturais. Para o autor, os problemas sociais e ambientais que provêm do sistema produtivo e do capitalismo regido pelo livre mercado ocorrem em decorrência do sistema, que se mostra incapaz de suprir as necessidades básicas da maioria dos habitantes do planeta e de diminuir ou racionalizar o uso dos seus recursos naturais. “Os mercados não protegem adequadamente o meio ambiente. A poluição é uma externalidade negativa que pode ser corrigida através de regulamentação ou de impostos” (ROCHA, 2002, p. 129).

O autor argumenta que não se modifica a forma de se produzir e poluir por que a regra é obedecer a trajetória dada pela lei do mercado livre. Em relação à degradação ambiental, ele questiona se as evidências de depredação ambiental, que tiveram sua origem na utilização descontrolada dos recursos naturais numa busca de novos produtos para um mercado cada vez mais seletivo, é sinal de “insustentabilidade” do atual padrão de desenvolvimento, ou é apenas uma crise no sistema capitalista. “A questão mais importante é esta: [...] é possível adequar as estratégias de livre mercado a uma exploração racional dos recursos naturais? Para esta última questão, seremos diretos, não!” (ROCHA, 2002, p. 135-136). Na percepção de Rocha, não há indícios de mudanças nas estratégias de mercado em função das evidências dos riscos ambientais, pelo contrário, cada vez mais as políticas dos países desenvolvidos, ou dos seus aliados convergem na posição de que o mercado será capaz de ajustar, também, a utilização dos recursos naturais. Enquanto para alguns ambientalistas mais radicais as chaminés das indústrias representam uma ameaça tanto ao meio ambiente local quanto ao planeta como um todo, para os ambientalistas dos países desenvolvidos, é difícil aceitar que, nos países subdesenvolvidos, precisa-se conservar os meios de sustentação, no caso os salários, por isso as questões ambientais acabam ficando cada vez mais distantes da problemática enfrentada pelos cidadãos. Para Rocha, apesar de todo o debate em torno da questão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, pouco se tem evoluído, pois é necessário haver um trabalho conjunto entre ambientalistas, governo, empresas e sociedade para que se atinja a sustentabilidade.

Outro estudo que chama a atenção para a relação meio ambiente e produtividade é o de Young e Lustosa (2001), no qual eles discutem o desempenho ambiental e sua relação com a competitividade das indústrias. O abrandamento das medidas de controle ambiental, segundo os autores, seria justificado em função da redução da competitividade internacional dos mercados, pelo aumento conseqüente dos custos de produção. "Sob esse ponto de vista, poluir seria inevitável para garantir o crescimento industrial e, conseqüentemente, o desenvolvimento ecossistêmico (YOUNG; LUSTOSA, 2001, p. 233). Outro fato destacado pelos autores é a migração de indústrias poluentes para o terceiro mundo, pois dessa forma aumentaria o bem-estar mundial. Young e Lustosa destacam que os países desenvolvidos aceitam perdas econômicas para preservar a qualidade ambiental, que se torna, implicitamente, um "bem de luxo". Eles observam, também, que os mais afetados por danos ambientais são as classes e regiões menos favorecidas, que aceitam a presença de indústrias poluentes para gerar crescimento, pois tem menor poder político e econômico e menor chance de exigir uma vida mais saudável.

Conforme Young e Lustosa (2001), a maneira pela qual a imposição de normas ambientais afeta a competitividade das empresas e setores industriais é percebida de forma distinta. A imposição de normas ambientais restritivas pelos países desenvolvidos pode ser uma forma camuflada de protecionismo de determinados setores industriais nacionais, que concorrem diretamente com as exportações dos países em desenvolvimento. De outra parte, essas mesmas normas estariam prejudicando a competitividade das empresas nacionais, pois implicariam em custos adicionais ao processo produtivo, elevando os preços dos produtos e resultando na possível perda de competitividade no mercado internacional.

### *3.5 A ênfase no meio ambiente, no social e na dimensão produtiva*

Após terem sido vistos os trabalhos em torno da produção e preservação ambiental, serão analisados os estudos que contemplaram as três categorias de análise: as dimensões produtiva, social e ambiental.

O estudo pioneiro que contempla, ao mesmo tempo, as três dimensões é o de Flôres (1995), que defende ser a filosofia mais acertada a de tomar o desenvolvimento sustentável enquanto o desenvolvimento socioeconômico, que ocorre com preservação ecologia e ambiental, e com apoio na infra-estrutura econômica e social adequada. Conforme o autor, na maioria dos países desenvolvidos, pouco há que se acrescentar no tocante ao desenvolvimento econômico e à sua infra-estrutura, embora em alguns ainda é possível melhorá-lo. Nestes



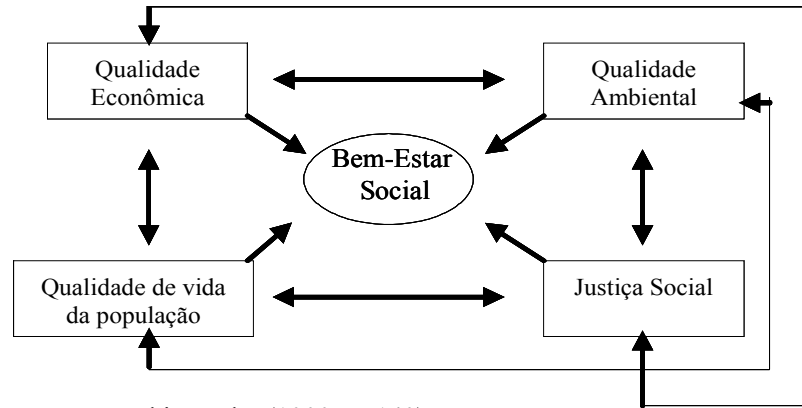
países, a concentração de esforços está no desenvolvimento social e na correspondente infraestrutura, cujo aprimoramento deve ser continuamente procurado.

De acordo com Flôres (1995), na fase de crescimento dos países desenvolvidos, já foi feita toda a devastação, comum na época, de modo que agora eles procuram manter o remanescente de seus recursos naturais. Porém, o mais prejudicial nesses países é a poluição causada por suas indústrias, seus veículos e todas as suas manifestações materiais; que precisa ser contida, pois causa efeitos nocivos aos próprios países e ao resto do planeta. Os países em desenvolvimento e os subdesenvolvidos estariam ainda numa fase predatória em termos de preservação dos recursos naturais. De acordo com o autor, a infra-estrutura de apoio fundamental para o desenvolvimento sustentável consistirá no saneamento básico, ao qual posteriormente, deverão ser adicionadas medidas profiláticas, reforços alimentares e alfabetização

Na sequência, observamos o estudo de Franceschi e Kahn (1999), no qual os autores fazem uma abordagem em relação ao meio ambiente, à economia e ao bem-estar social. Eles afirmam que nos estudos cuja análise centra-se na relação do meio ambiente com a macroeconomia, a qualidade ambiental e o PIB estão relacionados inversamente, assumindo um *trade-off* entre esses dois fatores. De acordo com os autores, a qualidade ambiental é um importante insumo para o processo produtivo e por isso, um insumo para o PIB.

Conforme Franceschi e Kahn (1999), quando uma economia está em sua fase inicial e há uma sociedade agrária, a qualidade ambiental não declina, pois o meio ambiente está assimilando sua capacidade. Eles explicam que quando esta economia começa a crescer, e se transforma em uma sociedade industrial, a qualidade do meio ambiente começa a declinar, com o aumento acentuado da poluição e o uso dos recursos naturais. Além disso, os autores comentam que há uma relação entre baixos níveis de meio ambiente preservado e a taxa de crescimento do PIB. Dessa forma, ao aumentar o resultado do PIB ocorre uma redução da qualidade ambiental, causando uma redução espiral na produtividade econômica da sociedade.

Os autores ilustram (Figura 2) sua visão sobre a relação entre a qualidade da economia, de vida da população, do meio ambiente, da justiça social e do bem-estar social. Franceschi e Kahn (1999) destacam que o bem-estar da sociedade depende da qualidade da população, da economia, do meio ambiente e da justiça social. Nos termos de sustentabilidade todos têm igual importância.



Fonte: Franceschi e Kahn (1999, p. 149).  
 Figura 2 – Os componentes do bem-estar social.

A qualidade da população é importante para promover o insumo essencial para o processo de produção que é o capital humano. A relação entre a as pessoas e a qualidade ambiental é sempre dominante. A qualidade ambiental supre as necessidades de insumo para as pessoas, por meio de água limpa para limitar doenças e ar puro para respirar. A justiça social, que é esquecida nas discussões de sustentabilidade entre os sistemas sociais, é representada por instituições tais como: governos, educação, famílias, organizações religiosas e entidades não governamentais, que estão muito envolvidas na adequada promoção e manutenção da sustentabilidade das atividades .

Os autores citam alguns dos indicadores que afetam a qualidade econômica, que são a taxa de inflação e o desemprego; a qualidade de vida da população, que são a longevidade e a mortalidade infantil; e a justiça social, distribuição de renda desigual, taxa de alfabetizados. No entanto, Franceschi e Kahn afirmam que faltam indicadores referentes à qualidade ambiental e à sustentabilidade. A conclusão a que os autores chegaram é de que mudanças no bem-estar social causam mudanças no PIB e na qualidade ambiental. No entanto, a qualidade ambiental não afeta diretamente, apenas, o bem-estar social, mas também afeta a função PIB, ambos com impacto direto na qualidade de vida da população.

Outro estudo nessa linha é o de Romeiro (1991). Segundo esse autor, "a superação do subdesenvolvimento requer um processo de crescimento econômico qualitativamente distinto, onde a racionalidade microeconômica de agentes privados é submetida a uma racionalidade macrossocial" (ROMEIRO, 1991, p. 142). Essa racionalidade é que garante a existência tanto de o que ele chama de uma *solidariedade sincrônica* entre as classes sociais, o que permite a justiça social, como também de uma *solidariedade diacrônica* entre as gerações, por meio da preservação do patrimônio ambiental.

Para Romeiro (1991), os principais obstáculos ao crescimento são a baixa produtividade decorrente de fatores naturais e humanos; o excesso demográfico; o círculo vicioso da pobreza; a deterioração dos termos de troca; e as imperfeições do mercado. O autor afirma que a questão ambiental tende a ser vista como um obstáculo ao crescimento mas, na sua concepção, é um obstáculo pouco importante. Ele enfatiza que o fator-chave para o desenvolvimento é a qualificação dos recursos humanos, pelo crescente nível de educação da população. Em sua análise, Romeiro enfatiza as questões produtiva, social e ambiental, mas julga o meio ambiente como um fator que impossibilita o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Azqueta e Sotelsek (1999), no entanto, afirmam que dois dos problemas mais graves que enfrenta a humanidade são a pobreza e a degradação ambiental. Contrariamente a Romeiro, eles afirmam que o próprio processo de crescimento nas economias subdesenvolvidas, não é a medida que soluciona esses dois problemas. Conforme os autores, as atuais relações comerciais entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos, fruto de uma especialização apoiada na dotação de recursos ambientais e naturais, dificilmente contribuirão para uma solução dos problemas da pobreza e da degradação ambiental. Dessa forma, Azqueta e Sotelsek (1999) afirmam que "[...] para ganhar eficiência econômica e social, neste caso, precisamos da colaboração dos países adiantados pelo caráter de bens públicos dos recursos ambientais, pois reverteria em benefício para todos" (AZQUETA; SOTELSEK, 1999, p. 116, tradução nossa).

Azqueta e Sotelsek (1999) analisaram as possibilidades que a dotação ambiental e os recursos naturais oferecem aos países e regiões subdesenvolvidas, a fim de aliviar o problema da pobreza, por meio das exportações de vantagens comparativas derivadas dessa dotação, num marco do comércio internacional e sem gerar uma forte degradação ambiental, garantindo a sustentabilidade do sistema. Os autores concluíram o estudo apontando cinco possíveis esquemas capazes de contribuir para resolver tanto os problemas da pobreza como os de degradação ambiental, são eles: (i) o *dumping* ecológico; (ii) a exportação de bens que fazem uso intensivo de recursos naturais; (iii) a exportação financeira de determinados serviços e dos espaços ecológicos; (iv) o cálculo do valor econômico gerado pelas externalidades ambientais de distintas atividades e ecossistemas; e (v) a comercialização dos direitos a utilizar os recursos ambientais comuns.

O estudo de Fonseca e Nardin (1991) trata dos impactos no meio ambiente proveniente do crescimento econômico. Para eles, a atual crise ecológica conduz ao questionamento do caráter limitado do crescimento e também a um aumento da importância da qualidade de vida.

Eles atentam que o crescimento não pode ser ilimitado pois não existem bases materiais na natureza para sustentá-lo dessa forma e, não é possível uma economia de crescimento ilimitado num planeta finito e de recursos limitados. “Além disso, ganha peso a noção de qualidade de vida, que se torna ponto de articulação de um tipo de crescimento que seja socialmente desejável e ecologicamente sustentável” (FONSECA; NARDIN, 1991, p. 26). Dessa forma, os autores concluem que o antagonismo entre aqueles que se preocupam com a manutenção do equilíbrio ecológico e das questões sociais em relação aos defensores do crescimento econômico como um mal necessário pode ser resolvido através do conceito de desenvolvimento sustentável.

Para finalizar, será analisado o estudo de Becker (2000), que discute a sustentabilidade fundamentada num triplo processo de diferenciação sócio-ambiental, de diversificação econômica-corporativa e de pluralização ideológica. Em relação à natureza, o autor a considera como um recurso que deve ser preservado, pois tem uma quantidade escassa, cujo consumo no processo produtivo deve ser racionalizado, pois ela é considerada um meio para a reprodução econômica. Na sequência, Becker (2000) interpreta a crise ambiental como resultado do padrão de produção e consumo, principalmente dos países desenvolvidos. Assim, ele entende que para solucionar essa crise bastaria mudar padrões de desenvolvimento, “racionalizando as irracionalidades do atual padrão de produção e consumo”.

Ao abordar a questão social, Becker (2000) enfatiza que a riqueza continuou sendo concentrada pelos países ricos e a pobreza continuou sendo acumulada pelos países pobres, “seguindo a lógica neoliberal que levou os ricos a ficarem mais ricos e os pobres mais pobres, essa é/foi uma das funcionalidades do discurso do desenvolvimento sustentável: racionalizar o uso dos recursos” (BECKER, 2000, p. 29). Quanto à produção, o autor destaca que para viabilizar o novo padrão de acumulação e melhorar o desempenho competitivo de empresas e nações é necessário racionalizar a quantidade de recursos na exata medida qualitativa. Nesse caso, ele cita os programas de qualidade total. Conforme Becker (2000), qualquer “novo” modelo de desenvolvimento aparecerá ou se conformará dentro dos parâmetros e limites do processo de valoração do capital financeiro, cujas relações dominantes realizam-se através do controle das informações, da apropriação financeira global.

O mesmo autor afirma que, para ocorrer o desenvolvimento, deve haver um processo em que as pessoas participem transformando a ordem política, social e econômica estabelecida e, principalmente, as condições de vida humana. Para isso, é preciso colocar na ordem do dia das pessoas modelos de futuros de desenvolvimento.

Becker (2000) conclui que para atingir o desenvolvimento é necessário superar dois desafios: primeiro, criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento social, econômico, político, tecnológico, cultural e ambiental; segundo, recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso.

#### **4 Considerações Finais**

No decorrer dos estudos analisados, percebemos que a maior parte deles relacionou o desenvolvimento sustentável à questão ambiental. Na primeira parte da análise, foram verificados os estudos em torno do meio ambiente e pôde-se constatar que os autores tentaram encontrar a melhor forma de estudar e valorar a questão dos recursos naturais, mas sem qualquer relação com a questão social. Já nos trabalhos com o enfoque voltado apenas à questão social, os autores estavam preocupados com o fim da pobreza e da miséria aliado ao crescimento e ao desenvolvimento econômicos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Como se restringiram apenas à questão social, os autores sequer cogitaram a degradação que o meio ambiente poderia sofrer.

Num segundo momento foram observados os estudos que abordaram dois enfoques ao mesmo tempo. Primeiramente, verificamos os estudos relacionados às questões sociais e ambientais. Nesse ponto, a maioria dos autores defendeu que os problemas sociais enfrentados pela população, como a falta de saneamento básico, água tratada e condições dignas de moradia, também são fatores que causam a degradação ambiental e, por isso, julgam necessário haver um controle maior sobre tais aspectos. Para haver o desenvolvimento social, é necessário melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda, o que acabará gerando benefícios, também, ao meio ambiente. Essas informações têm total relação com as constatações da Cepal, que se preocupa com a qualidade de vida das pessoas, no sentido de que todos devem ter as mínimas condições dignas para viver, mas vale lembrar que não houve menção da Cepal quanto ao meio ambiente.

Os estudos que relacionaram a produção e comércio com o meio ambiente, frisaram as relações do comércio internacional. Alguns autores enfatizaram que as indústrias poluidoras dos países desenvolvidos podem mudar sua sede para países subdesenvolvidos e com legislação mais branda quanto ao meio ambiente, dessa forma, os países subdesenvolvidos aceitariam as indústrias, por acreditar que elas geram crescimento, apesar da poluição. Já a população dos países desenvolvidos não se preocuparia com o impacto econômico da saída dessas indústrias, pois está mais interessada em um meio ambiente saudável. Outro fator ressaltado é o das vantagens comparativas ao comércio internacional. Alguns autores afirmam

que os países podem criar barreiras ambientais a fim de proteger a indústria local, mas também é possível que essas barreiras gerem um processo positivo, ou seja, as indústrias se adaptam a essas normas e passam a utilizar tecnologias mais limpas. A questão social não foi analisada por esses autores.

Por fim, foram destacados os estudos que viram o conceito de desenvolvimento sustentável de forma ampla: crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social e à preservação ambiental. Esses estudos destacam que o crescimento econômico deve promover o desenvolvimento social. Os recursos naturais são visto como insumos de produção que devem ser utilizado de forma racional e também devem ser preservados e renovados. Para a haver o desenvolvimento social, é preciso que haja mudanças na infra-estrutura, no saneamento básico, nos reforços alimentares e alfabetização. Outro fator que destacamos é o dos complexos produtivos em torno dos recursos naturais que, se forem bem empregados, podem fazer com que os países ricos em recursos naturais, se bem utilizados, gerem crescimento, redução da pobreza e ainda mantenham um meio ambiente preservado.

Diferentemente da fase que antecede a teoria do desenvolvimento, em que o enfoque foi voltado apenas à produção, com alguns escritores, como Stuart Mill, enfatizando a questão social e a qualidade de vida das pessoas, nesse novo contexto de estudos, a questão produtiva não foi abandonada. A diversidade de estudos contempla o conceito de desenvolvimento sustentável nas diferentes dimensões, a produtiva, a social e a ambiental. Talvez pela própria complexidade envolvida no sentido amplo dessa concepção, os estudos tenham se direcionado aos aspectos mais pontuais do tema. Apresentamos, portanto, enquanto desafio da construção do conhecimento rumo à teoria do desenvolvimento sustentável, a prática de diálogos e reflexões que atravessem os diferentes prismas, enfoques, convergências e divergências aqui apontados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZQUETA, Diego; SOTELSEK, Daniel. Ventajas comparativas e explotación de los recursos ambientales. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 68, p. 115-134, ago. 1999.

BARBIERI, José Carlos. Competitividade internacional e normalização ambiental. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 57-71, jan./fev. 1998.

\_\_\_\_\_. O sistema multilateral de comércio internacional e o meio ambiente: amigos ou inimigos? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 103-123, maio/jun. 2000.

BARTON, Jonathan R.. La dimensión norte-sur de las industrias de limpieza ambiental y la difusión de tecnologías limpias. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 64, p. 129-149, abr. 1998.

BECKER, Dinizar Ferminiano. A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 12, p. 23-46, jul./dez. 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las ideas de la Cepal. *Revista de la Cepal*, Santiago do Chile, número extraordinario, p. 21-43, out. 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21. *O que é agenda 21*: Brasília, 24 jun. 2003. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/se/agen54/capa/>>. Acesso em: 14. nov. 2003.

CARVALHO, Isabel. Ecologia, desenvolvimento sustentável e sociedade civil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 4-11, out./dez. 1991.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Transformação teórico metodológica em análises econômicas recentes de problemas ambientais: evidências de um novo marco na economia do meio ambiente? *Ensaio da FEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 240-270, 2000.

\_\_\_\_\_. Economia, tecnologia e meio ambiente: comentários sobre aspectos positivos e normativos da economia do Meio Ambiente. *Ensaio da FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 453-478, 2003.

FLÔRES, Jorge Oscar de Mello. Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 5-26, abr./jun. 1995.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. Controversias sobre sustentabilidad. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 12, v. 12, p. 7-21, jul./dez. 2000.

FONSECA, Paulo Sérgio Moreira da; NARDIN, Marcelo. Projetos de desenvolvimento e impacto ambiental: uma visão sob a ótica do banco de desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 25-32, out./dez. 1991.

FRANCESCHI, Dina; KAHN, James R. The economic implications for sustainable mining within the paradigm of sustainable development. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 141-154, mar. 1999.

FUENTE, Mario La; SÁINZ, Pedro. Participación de los pobres en los frutos del crecimiento. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 75, p. 161-170, dez. 2001.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prate. Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 117-130, nov./out. 2000.

KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. [s.l.:s.n], 1994.

LANNA, Antonio Eduardo; CÁNEPA, Eugenio Miguel. O gerenciamento de bacias hidrográficas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem integrada. *Ensaio da FEE*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 269-282, 1994.

MARTINS, Clitia Helena Backx. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 171-188, dez. 2002.

MORAES, Paulo Borba L. de; BORGER, Fernanda Gabriela. O método de avaliação contingente como instrumento de gestão de projetos ambientais: avaliação da segunda fase do Projeto Tietê. *Economia Aplicada*, [s.l.], v. 4, n. 3, 503-523, jul./set. 2000.

MUELLER, Charles C. As contas nacionais e os estudos ambientais da atividade econômica. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 13, n. 23 e 24, p. 68-99, mar./set. 1995.

\_\_\_\_\_. Economia ambiental na perspectiva do mundo industrializado: uma avaliação da economia ambiental neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, n.2, p. 263-308, maio/ago. 1996.

\_\_\_\_\_. Economia, entropia e sustentabilidade: abordagem e visões de futuro da economia da sobrevivência. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 513-550, out./dez. 1999.

NOGAARD, Richard B. Economicismo, Ambientalismo e Economia Ecológica. *Revista da Anpec*, n. 1, [s.l.], p. 105-125, 1997.

OLIVEIRA, Naia; CENTENO, Cristiano Viégas. Desafios da construção de um plano de desenvolvimento sustentável participativo par assentamento em áreas de proteção ambiental: notas introdutórias de pesquisa. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 285-300, 2002.

PEREIRA, Jaildo Santos; TAVARES, Vitor Emanuel. Instrumentos de Gestão Ambiental: uma análise para o setor de recursos hídricos. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 112-140, mar. 1999.

PRESTON, Lewis T. Redução da pobreza e proteção do meio ambiente: um chamado á nação. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 5-9, out./dez. 1992.

RAMOS, Francisco de Souza. Qualidade do meio ambiente e falhas de mercado. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 14, n. 25 e 26, p. 39-51, mar./set. 1996.

RAMOS, Joseph. Una estrategia de desarrollo a partir de complejos productivos en torno a los recursos naturales. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 66, p. 150-125, dez. 1998.

RANIS, Gustav; STEWART, Frances. Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 78, p. 7-24, dez. 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Jefferson Marçal. A sustentabilidade ambiental e economia de livre mercado: a impossível conciliação. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 15/16, p. 127-144, jan./dez. 2002.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: algumas considerações. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 141-152, set. 1991.



ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável o metodológica em análises econômicas recentes de problemas ambientais: evidencias de um novo marco na economia do meio ambiente?. *Ensaio da FEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 240-270, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Meio ambiente e competitividade na indústria brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 5, número especial, p. 231-259, 2001.

# <sup>1</sup>NOTAS

Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

<sup>2</sup> “A *Eco 92* foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada de 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem o interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento” (BRASIL, 2003).

<sup>3</sup> Conforme Barton (2003), tecnologias limpas representa a produção com eliminação ou redução de emissão de dejetos e poluição a fim de promover a qualidade ambiental.

<sup>4</sup> “A primeira lei da termodinâmica afirma que as quantidades totais de energia e de matéria do universo são constantes; nem a matéria e a energia podem ser criadas ou destruídas, a segunda a lei da entropia, vai além da mecânica, pois analisa o processo de dissipação de energia” (MUELLER, 1999, p. 522-523).

<sup>5</sup> “Define-se como economicismo como a análise econômica que se desenvolveu e vem sendo praticada no âmbito das instituições modernas e no contexto da crença histórica na tecnologia” (NORGAARD, 1997, p. 105).

<sup>6</sup> “Estoque necessário ou desejado de recurso natural que deve ser mantido para as gerações futuras” (LANNA: CÁNEPA, 1994, 273).

<sup>7</sup> Conforme Lanna e Cánepa (1994) são os valores que a sociedade atribui para a utilização de algum recurso natural, quais sejam: valor de uso, valor de opção e valor intrínseco.

<sup>8</sup> “O desenvolvimento humano, na concepção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), consiste em um processo de ampliar escolhas – no sentido de oportunidades – das pessoas, bem como elevar o nível de bem-estar, ou seja, no sentido de melhorar sua qualidade de vida” (MARTINS, 2002, p. 174).

<sup>9</sup> “A Agenda 21 é um programa de ação baseado num [documento de 40 capítulos](#) que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica Trata-se de um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida por ECO-92” (BRASIL, 2003).